

**BIBLIOTECONOMIA SOCIAL E DECOLONIZAÇÃO DO SABER:** formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas como prática de mediação de informação afro-brasileira e africana

**SOCIAL LIBRARIANSHIP AND DECOLONIZATION OF KNOWLEDGE:** formation and development of library collections as a practice of information mediation (Afro-Brazilian and African)

Patrícia S. P. Mallmann<sup>1</sup>

### RESUMO

Aborda a formação de acervos decoloniais em bibliotecas públicas, comunitárias/populares e escolares como prática de mediação de informação, tendo em vista a importância de acervos que representem os aspectos culturais e identitários da população brasileira. Tem como objetivo discutir a formação e o desenvolvimento de acervos, aproximando o pensamento da Biblioteconomia Social da perspectiva dos Estudos Decoloniais, e apresentando o contexto brasileiro acerca de acervos com temática afro-brasileira e africana em bibliotecas. Metodologicamente, trata-se de uma revisão de literatura com levantamento bibliográfico realizado na Brapci e no Google Acadêmico, em 2023, tendo recuperado 32 artigos e selecionado 16, que apresentam diagnósticos de acervos de bibliotecas na temática afro-brasileira e africana e/ou que versam sobre a formação e o desenvolvimento de coleções nessa temática. Como resultados, percebe que há poucos estudos que avaliam acervos de bibliotecas em relação a conteúdos e autores(as) afro-brasileiros e africanos, assim como traz indícios de ausência de conteúdos decoloniais nos acervos desse tipo de biblioteca; também apresenta aspectos referentes à elaboração de políticas de desenvolvimento de acervos decoloniais, em especial, em relação ao estudo de comunidade e à seleção de documentos. Por fim, considera que uma política de desenvolvimento de coleções é de extrema relevância para que se conheça a realidade local e se planeje um acervo que apoie a população, contribuindo para a libertação da dominação pela via do saber.

Palavras-chave: Biblioteconomia Social; decolonialidade; mediação de informação; desenvolvimento de coleções; formação de acervos.

### ABSTRACT

It addresses the formation of decolonial collections in public, community/popular and school libraries as a practice of information mediation, considering the importance of collections that represent the cultural and identity aspects of the Brazilian population. It aims to discuss the formation and development of collections, bringing the thinking

---

<sup>1</sup> Doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS. Professora do Departamento de Biblioteconomia da UFRJ. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8424-4448>. E-mail: [patriciamall@facc.ufrj.br](mailto:patriciamall@facc.ufrj.br).

of Social Librarianship closer to the perspective of Decolonial Studies, and presenting the Brazilian context regarding collections with Afro-Brazilian and African themes in libraries. Methodologically, this is a literature review with a bibliographical survey carried out in Brapci and Google Scholar, in 2023, having retrieved 32 articles and selected 16, which present diagnoses of library collections on Afro-Brazilian and African themes and/or that deal with the formation and development of collections on this theme. As a result, it realizes that there are few studies that evaluate library collections in relation to Afro-Brazilian and African contents and authors, as well as showing evidence of the absence of decolonial contents in the collections of this type of library; it also presents aspects related to the elaboration of policies for the development of decolonial collections, in particular, in relation to the study of the community and the selection of documents. Finally, it considers that a policy for the development of collections is of extreme relevance for knowing the local reality and planning a collection that supports the population, contributing to the liberation of domination through knowledge.

Keywords: Social librarianship; Decolonial studies; information mediation; collection development; formation of collections.

Data de submissão: 30 mar. 2023

Data de aprovação: 12 jul. 2023

## **1 INTRODUÇÃO:** decolonialidade e biblioteconomia social

A Biblioteconomia visa possibilitar o acesso e a apropriação da informação a todos os segmentos sociais, isto é, visa mediar informação para a população, qualquer que seja a natureza desta informação. Esse é um entendimento que vai além da visão tradicional da área, que estabelece a organização e a disseminação de informação como objetivos finais. Reconhece-se a importância das práticas de organização de informação, mas como meio, essencial, para o alcance do que se entende como seu objetivo fim: a apropriação da informação através da mediação, como vem sendo discutido no contexto da chamada Biblioteconomia Social. A Biblioteconomia Social (crítica e progressista), enquanto corrente teórica e prática, tem sido construída a partir de posicionamentos político-acadêmicos de pesquisadores e profissionais que se dedicam à construção de uma Biblioteconomia posicionada politicamente, estando atenta às demandas e necessidades sociais de informação e tendo a mediação da informação, em uma perspectiva dialógica, como principal mecanismo de atuação.

As bibliotecas, em especial, públicas, comunitárias/ populares e escolares, são espaços nos quais esse diálogo pode ser construído com a população em geral. Um dos aspectos centrais quando se pensa nesse diálogo possível entre uma biblioteca e uma comunidade ou população é a formação de seu acervo, pois os dispositivos

informativos que estarão disponíveis consistem na base para o diálogo. Quando se está formando um acervo já se está mediando informação, mesmo que de forma inconsciente, pois a mediação acontece em todas as atividades biblioteconômicas. Em muitas perspectivas, a Biblioteconomia no Brasil tem reconstituído a versão oficial da história e reforçado os interesses das classes socioeconômicas dominantes, tendo em vista que os acervos de bibliotecas, em grande parte, contam a história dos colonizadores e não a história do povo brasileiro e das comunidades às quais atendem, conforme ressaltado por Almeida Júnior (2015).

A fim de que esses acervos representem os interesses e a identidade cultural dos brasileiros, entende-se a importância do pensamento decolonial na formação e no desenvolvimento dos acervos de bibliotecas. Decolonialidade compreende a hegemonia de referências culturais e de produção de conhecimento vindos, atualmente, da Europa e dos Estados Unidos como sustentáculo do imperialismo ocidental, se constituindo “[...] como uma necessidade urgente o diálogo e a afirmação de perspectivas do conhecimento e de povos que foram subalternizados dentro da modernidade colonial” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p. 14). Assim, um acervo decolonial seria aquele que representasse o povo brasileiro e os grupos socioculturais pertencentes às comunidades atendidas pelas bibliotecas, apresentando, por exemplo, a história do ponto de vista dos povos originários e dos povos traficados em vez da versão do “descobrimento” e da colonização; seria um acervo livre de obras discriminatórias e que incorporasse a produção artística e cultural de sua localidade.

Decolonialidade é um conceito nuclear nos estudos críticos à hegemonia epistêmica eurocêntrica presente no pensamento social latino-americano (Silva; Flecha, 2021). Silva e Flecha salientam que o pesquisador Aníbal Quijano se torna um dos pioneiros no projeto da decolonialidade ao discutir o conceito de colonialidade dentro das Ciências Sociais. Também referência nesse debate, Maldonado-Torres (2018, p. 32) afirma que o pensamento decolonial pressupõe um engajamento crítico com as teorias da modernidade, pois estas tendem a servir como estruturas epistemológicas das Ciências Sociais e Humanidades europeias. Silva e Flecha (2021, p. 4) sintetizam que:

O projeto da decolonialidade é uma concepção teórica e de práxis anticolonial e anti-imperialismo social, cultural, econômico e epistêmico impostos há mais de 500 anos pelo empreendimento expansionista dos povos do norte do globo

terrestre – homens branco-cristão-burguês-machista-racistas – que se estabeleceu por meio das relações de poder, dominação e subalternização sob povos localizados ao “sul do globo terrestre”.

A escola de pensamento latino-americana denominada Estudos Decoloniais se originou em meados da década de 1990 como movimento crítico teórico-metodológico de resposta ao colonialismo, especificamente o latino-americano, que apresenta uma trajetória própria de dominação e resistência (Amorim; Alves, 2022).

A colonialidade é uma prática por meio da qual a ciência moderna/ colonial produziu um modelo único, tendo como referência a Europa e os Estados Unidos, e resulta em uma formatação “ideacional e identitária” que se mantém mesmo sem o colonialismo, ou seja, sem a relação política e econômica entre colonizador e colônia, “[...] por meio de uma imposição que se desdobra nas relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos povos” (Amorim; Alves, 2022, p. 10). Isso gera uma dominação na produção cultural e de conhecimento, assim como uma fragilidade identitária e no sentimento de pertencimento na sociedade, se constituindo em uma dominação pela via do saber.

Marín (2009, p. 129) destaca: “Saber é poder. [...] O saber é um dos pontos de sustentação da dominação, em todos os territórios das atividades humanas”. Nesse mesmo sentido, Araújo *et al.* (2021, p. 1), defendem que “Decolonizar o saber é ação fundamental para a decolonização do próprio poder, na medida em que as relações de colonialidade não acabaram com o fim do colonialismo”. Sendo as bibliotecas locais de disseminação de informação, seus acervos são propícios à perpetuação de saberes dominantes e coloniais, quando estes são formados sob uma perspectiva generalista e sem atenção e diálogo com a comunidade/ população. Outrossim, também são espaços propícios ao empoderamento pela mesma via do saber.

É nesse sentido que a decolonialidade se aproxima da Biblioteconomia Social. Como argumentam Amorim e Alves (2022, p. 14), a Biblioteconomia e a Ciência da Informação (CI) “[...] são constituídas sob o signo da colonialidade”, tendo seu desenvolvimento sido “[...] calcado na Europa e nos Estados Unidos e, em tais contextos, são formatadas epistemológica, teórica, praticamente sob conjunturas específicas de países colonizadores e/ou imperialistas”. O campo de estudos denominado Biblioteconomia Social vai de encontro ao que preconiza a decolonialidade, especialmente quando se considera que a Biblioteconomia e a CI são áreas que lidam diretamente com informação e representação de conhecimento.

A Biblioteconomia Social tem se construído ao redor do mundo como uma corrente de pensamento e de atuação prática com foco em direitos humanos e justiça social, se posicionando contrária aos mecanismos de segregação, a partir do entendimento de uma Biblioteconomia que não é isenta politicamente. Esse movimento se organiza, inclusive, através das mídias sociais, e vem ganhando espaço (Mallmann; Felipe, 2021). Civallero (2013, p. 156) aponta que “[...] lo que hace que un bibliotecario sea ‘progresista’ tiene que ver con el ejercicio comprometido de una profesión que debe participar en la construcción colectiva de alternativas y propuesta de cambio y justicia social”. Esse entendimento tira o(a) profissional de uma posição de passividade e o(a) coloca como agente social ativo, atuando junto aos grupos comunitários, à sociedade e aos movimentos sociais na busca por alternativas para problemas como discriminação, desigualdade, dominação, violência, dentre outros.

Essa discussão a respeito da função política e social da Biblioteconomia não é recente, pois vem sendo reivindicada desde a década de 1930, com os Estados Unidos, especialmente na figura da American Library Association (ALA), como cenário central de debate (Tanus, 2022). No Brasil, a década de 1980 foi frutífera para uma discussão crítica e progressista da Biblioteconomia, mas esta concepção foi descontinuada, devido a reação da corrente hegemônica e conservadora da área, representada por pesquisadores que dominavam a maior parte dos espaços acadêmicos e dos movimentos associativos, através da adoção de uma terminologia que buscava esvaziar de significado os conceitos que embasavam uma discussão política (Almeida Júnior, 2015). No início do século XXI, o debate acerca de uma Biblioteconomia Social, crítica e progressista, tendo os sujeitos como razão de ser do trabalho com informação, foi retomado, com início nos Estados Unidos e África do Sul, mas tendo também o protagonismo de outros países da Europa e da América Latina (Mallmann; Felipe, 2021).

Tanus (2022, p. 433) pondera que a Biblioteconomia Social, crítica e progressista, considera “[...] discussões antes ignoradas e silenciadas [pela Biblioteconomia] como classe, raça, gênero e sexualidade”. Dessa forma, esse movimento possui como foco a mediação da informação para toda a população, respeitando suas características e particularidades a fim de contribuir com a construção libertadora de conhecimento. O debate propiciado pela Biblioteconomia Social “abre a porta” das bibliotecas para a construção de acervos decoloniais,

possibilitando uma mediação cultural de informação decolonial que suscite o diálogo com os diversos grupos sociais e comunitários presentes na sociedade.

A partir desse cenário, o objetivo deste artigo é discutir formação e desenvolvimento de acervos, especialmente de bibliotecas públicas, comunitárias/populares e escolares, aproximando a discussão da Biblioteconomia Social da perspectiva dos Estudos Decoloniais e apresentando o contexto brasileiro acerca de acervos com temática afro-brasileira e africana em bibliotecas. Trata-se de uma revisão de literatura com levantamento bibliográfico realizado na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e no Google Acadêmico. Foram buscados artigos que abordassem acervos de bibliotecas com perspectivas afro-brasileiras e africanas, a partir da relação dos termos: acervo/ coleção/ biblioteca e afro\*/ afri\*/ racismo. A busca foi realizada sem marco temporal e recuperou 32 artigos, dentre os quais foram selecionados 16, tendo como critério de seleção apresentarem diagnósticos de acervos de bibliotecas brasileiras no que se refere à temática afro-brasileira e africana e/ou versarem sobre a formação e o desenvolvimento de acervos/ coleções com ênfase nessa temática. A última busca foi realizada em 25 de fevereiro de 2023.

## **2 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACERVOS E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO:** a construção de um discurso com o povo e para o povo

A formação e desenvolvimento de acervos de biblioteca se constitui em um trabalho processual e cíclico, compreendendo as atividades: estudo de comunidade, políticas de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação (Vergueiro, 1989). Esta discussão aborda a primeira atividade, relacionando-a com mediação de informação. A formação de um acervo pressupõe um conhecimento do público para o qual este se destina, assim como de suas necessidades informacionais, culturais e mesmo de lazer. Já afirmava Vergueiro (1989, p. 30, grifo nosso) que:

Uma coleção, em seu desenvolvimento, deve levar em consideração as necessidades da comunidade de uma maneira mais ampla e não somente as do usuário real, pois a biblioteca, como uma **instituição essencialmente democrática** – principalmente pública –, **deve atender a todos os membros da comunidade no que diz respeito às suas necessidades informacionais**, e não a alguns poucos, que eventualmente por um motivo ou outro, já se encontram a utilizá-la.

Quando se pensa nas necessidades informacionais de uma comunidade, ou sociedade, é importante considerá-las do ponto de vista dessa comunidade, incluindo o conhecimento de suas referências históricas, políticas, culturais, vocabulares, entre outras, conforme salienta Paulo Freire (1989) quando discute educação de adultos e bibliotecas populares. Para que se obtenha esse conhecimento, o estudo de comunidade se faz primordial, sendo ressaltado por Vergueiro (1988, p. 213) que é “[...] essencial que os profissionais procurem integrar-se à comunidade que estão atendendo, conhecendo suas carências e necessidades”. Isso tornará possível a formação do acervo e o planejamento dos serviços de informação efetivamente direcionados a determinada comunidade/ grupo social.

Para o autor, o trabalho de bibliotecário(a) consiste “[...] em fazer-se o profissional de ponte entre uma informação registrada nos mais diversos suportes (impressos, audiovisuais etc.) e seu usuário potencial, a cujas necessidades os bibliotecários buscariam, teoricamente, atender da melhor forma possível” (Vergueiro, 1988, p. 207). Para que isso se efetive, o conhecimento desses usuários potenciais é basilar; no entanto, segundo Vergueiro (1988, p. 212-213), a responsabilidade social de bibliotecários(as) para com a população:

[...] será devidamente equacionada quando esses profissionais conseguirem colocar-se como canais não mais entre as informações produzidas e um usuário potencial totalmente descaracterizado, mas entre estas informações e aquelas camadas da população que sempre foram mantidas afastadas delas.

Por isso ressalta-se a essencialidade do conhecimento da comunidade, a partir do estabelecimento de um diálogo, a fim de incorporar essas pessoas que, convencionalmente, ficam à margem dos serviços de informação e leitura. Em relação à formação de acervos, Paulo Freire (1989), se referindo a bibliotecas populares como parte importante na educação popular, afirma que não existe neutralidade, pois sua concepção parte de uma intenção, tanto educacional como política, sendo que a biblioteca deve estar inserida no contexto dos educandos: “A forma como atua uma biblioteca popular, a constituição do seu acervo, as atividades que podem ser desenvolvidas no seu interior, e a partir dela [...] tudo isso tem que ver com uma certa política cultural. **Não há neutralidade** aqui também” (Freire, 1989, p. 21, grifo nosso). Isto é, formar um acervo generalista ou construí-lo em diálogo com a comunidade é uma escolha política.

Vergueiro (1988, p. 207) reforça essa ideia, salientando que “a biblioteconomia não é neutra ou simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade em que ocorrem”. Segundo o autor, a ideia de a Biblioteconomia ser apolítica e neutra:

[...] pode ser uma proposição sincera e bem intencionada, mas pode ser, também, uma maneira de utilizar bibliotecários, bibliotecas e centros de documentação como armas de controle, para depois afirmar que estes não têm absolutamente nada a ver com isso (Vergueiro, 1988, p. 212).

Dessa forma, profissionais de Biblioteconomia precisam se posicionar politicamente ao formar acervos e planejar serviços de informação em bibliotecas, pois um “posicionamento neutro” estará a serviço da transmissão do saber dominante em vez da mediação dialógica de informação.

Diante disso, admite-se que os acervos de bibliotecas contam uma história, é necessário escolher que história será contada. Em concordância com Paulo Freire (1989, p. 21), “o Brasil foi ‘inventado’ de cima para baixo, autoritariamente. Precisamos reinventá-lo em outros termos”. Da mesma forma, as informações construídas sobre o Brasil foram inventadas de cima para baixo, se constituindo em um discurso elitista. Nesse sentido, Almeida Júnior (2015, p. 134) argumenta que “cada acervo se constitui em um discurso único e diferenciado”. O autor ressalta que “os acervos das bibliotecas mantiveram e mantêm o registro oficial da história. Do mesmo modo, conserva um entendimento hegemônico de mundo, aquele voltado aos interesses das classes dominantes”. Salienta que as classes populares também constroem conhecimento, mas o conhecimento preservado e conservado é o tido como único, isto é, “[...] o conhecimento das elites, o conhecimento dos dominadores, o conhecimento dos excludentes” (Almeida Júnior, 2015, p. 133). Percebe-se, assim, que as bibliotecas, tradicionalmente, mantêm em seus acervos o conhecimento e o discurso colonial.

Sendo assim, através de seus acervos as bibliotecas mantêm o discurso hegemônico que sustenta o capitalismo e a desigualdade social, de acordo com Silva e Silva (2010, p. 210), que afirmam que:

[...] a biblioteca brasileira tem atuado como um aparelho ideológico do Estado reproduzindo as ideias da ideologia dominante. A grande maioria da população, por não ver traduzidos seus anseios cotidianos na biblioteca, não a visualiza como uma instituição socialmente útil.

Os autores reforçam que historicamente as bibliotecas atendem às demandas da elite, tornando-as distantes da maioria da população que realmente precisa de informação e serviços que poderiam ser prestados por elas. Isso porque “[...] a

atuação política, social, educativa, cultural, pedagógica e administrativa da biblioteca tem ponderado a consagração da ideologia dominante” (Silva; Silva, 2010, p. 24).

No entanto, esse discurso construído pelo acervo de uma biblioteca acontece mesmo que de forma não intencional ou consciente por bibliotecários(as). Assim, a prática da mediação de informação de forma consciente (Almeida Júnior, 2018) pode se configurar na base para um acervo decolonizado. Considerando que a mediação de informação pressupõe diálogo, a formação de um acervo em conjunto com os grupos sociais é essencial para que este seja representativo daqueles. Como evidenciam Bernardino-Costa, Maldonato-Torres e Grosfoguel (2018, p. 7), argumentando em favor da decolonialidade:

[...] é preciso trazer para o primeiro plano a luta política das mulheres negras, dos quilombolas, dos diversos movimentos negros, do povo de santo, dos jovens da periferia, da estética e arte negra, bem como de uma enormidade de ativistas e intelectuais [...].

Profissionais bibliotecários(as), em diálogo com esses grupos, podem formar acervos com materiais que retratem suas lutas, tornando as bibliotecas muito mais representativas do povo brasileiro e de seus diferentes segmentos sociais e culturais.

Sobre mediação de informação, Perrotti e Pieruccini (2014, p. 18) destacam três paradigmas em relação às bibliotecas enquanto dispositivos de informação e cultura: da “conservação”, da “difusão” e da “apropriação cultural”; frisam que este último “[...] está diretamente relacionado à noção de mediação, tomada como objeto autônomo, ato afirmativo de significação [...]”. O primeiro paradigma está relacionado às bibliotecas como guarda de conhecimento, o segundo ao momento em que o acesso à cultura passa a ser referendado e o terceiro reflete o momento atual, em que se depreende a necessidade do processo consciente de mediação para que se efetive o de apropriação.

Apesar da visão paradigmática das bibliotecas como dispositivos de apropriação cultural, Almeida Júnior (2018, p. 17) destaca que, ainda atualmente, “a disseminação [da informação] é entendida hegemonicamente na área como o serviço fim, como o último momento das ações e atividades desenvolvidas pelos profissionais da Biblioteconomia”. Porém, como evidencia o autor, falta nesse processo a apropriação, que exige a necessária participação do sujeito informacional, assim como a mediação e sua percepção enquanto tal. O autor define mediação de informação como sendo: “[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da

informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional” (Almeida Júnior, 2009, p. 92). Para que a informação seja apropriada é necessário que haja mediação consciente desta.

Almeida Júnior (2018, p. 18) enfatiza que a apropriação inclui personagens que tradicionalmente não fazem parte das preocupações da Biblioteconomia e da CI, pois interferem no processo, são eles:

[...] o produtor da informação, a produção do documento, o momento e ambiência em que a informação é produzida, os equipamentos informacionais, o discurso presente no armazenamento, os instrumentos e ferramentas escolhidas para organizar os documentos, o mediador, o ambiente, o momento, o entorno, os documentos, o usuário.

Tudo isso precisa ser considerado para que a mediação da informação seja consciente e efetiva. Perrotti e Pieruccini (2014, p. 4-5) ressaltam que nas bibliotecas “[...] temos ações de mediação envolvendo processos diferenciados como a constituição de acervos, sua gestão e disponibilização ao público, dentre outras de igual relevância e que se encontram no mesmo campo de ações”. Isso significa dizer que quando se elabora uma política de desenvolvimento de acervo, decidindo o que fará ou não parte deste, já se está mediando informação, de forma consciente ou não, assim como se está mediando quando se faz o processamento técnico do acervo, a organização física e temática, quando se define quem e sob quais circunstâncias terá acesso aos documentos, entre outras decisões e aplicações de técnicas.

Paulo Freire (1981, p. 40), discutindo o processo de alfabetização de adultos, afirma que para ser um ato de conhecimento, o processo de alfabetização demanda uma relação de autêntico diálogo entre educadores e educandos, sendo que “nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores”. Da mesma forma, a mediação de informação presume os sujeitos como protagonistas na construção de conhecimento. Gomes (2014, p. 50) reforça que “o encontro que se busca promover na ação mediadora entre aquele que necessita de informação e a informação pertinente é dependente do processo de comunicação, da adoção de linguagens e de dispositivos de comunicação [...]”, o que torna a mediação um processo que precisa ser consciente, ético e dialógico.

Refletindo sobre a formação de acervos como prática de mediação de informação decolonial, se assume que a mediação deve estar presente em todas as

atividades da biblioteca, desde a formação do acervo, que se inicia pelo estudo de comunidade. Por esse prisma, o estudo de comunidade vai muito além da coleta e análise de dados socioeconômicos sobre uma comunidade, mas precisa ser encarado como o estabelecimento de uma relação de diálogo com esta. Para que isso ocorra, bibliotecários(as) necessitam ir até as comunidades, vivenciar suas práticas e conversar com seus membros, buscando apreender suas referências históricas, culturais, políticas, sociais, econômicas e cotidianas, assim como seus problemas, dificuldades e necessidades informacionais. A partir disso é possível a formação de acervos que tenham como base as necessidades, anseios e referências locais. Além disso, podem buscar junto a movimentos sociais referenciais documentais e discursivos capazes de representar as comunidades e ajudá-las a lidar com seus problemas sociais e comunitários.

### **3 AS BIBLIOTECAS NA ATUAÇÃO DE DISCURSOS HISTÓRICOS E CULTURAIS AFRO-BRASILEIROS E AFRICANOS ATRAVÉS DE ACERVOS DECOLONIAIS NA LUTA ANTIRRACISTA**

Vale realçar a legislação que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, pois ela é fruto das lutas antirracistas promovidas pelos movimentos negros, e representa uma vitória sobre a narrativa colonial da história brasileira, que até então era a única versão estudada nas escolas. Grande parte dos artigos analisados nesta seção se pautam nessa legislação. A Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. (Brasil, 2003).

E a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008:

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena'. (Brasil, 2008).

Essa legislação gera uma necessidade que favorece a formação e o desenvolvimento de acervos decoloniais. Nesta seção são apresentados resultados de pesquisas acerca de materiais afro-brasileiros e africanos em acervos de

bibliotecas públicas e escolares, assim como bibliotecas especializadas na temática; em seguida são exibidos estudos que trazem o debate sobre formação e desenvolvimento de acervos com características decoloniais.

### **3.1 Retrato de acervos de bibliotecas brasileiras (públicas e escolares)**

Carmo, Bernardino e Silva (2012) realizaram pesquisa envolvendo o acervo de três bibliotecas públicas municipais da região do Cariri Cearense, com vistas à verificação de material que satisfizesse o disposto na Lei 10.639/03. Além do levantamento de itens nos acervos, as autoras coletaram dados com bibliotecários(as) e/ou responsáveis pelas bibliotecas. Perceberam a ausência de documentos com esses conteúdos, sendo que no acervo total das três bibliotecas as autoras encontraram apenas 106 exemplares com conteúdo que atendesse ao indicado pela lei, num total de 29.500 exemplares. Com isso, ressaltaram que “[...] até o momento as bibliotecas não estão sendo supridas de materiais que atendam à lei e a aquisição está se dando de forma bastante lenta, constando apenas livros antigos que tratam das mesmas temáticas” (Carmo; Bernardino; Silva, 2012, p. 8).

Tanus *et al.* (2020) realizaram pesquisa sobre o acervo relativo à literatura de ficção afro-brasileira no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia (SEBP-BA). Para a identificação dessas obras existentes no país utilizaram o site Literafro – um índice de autores(as) afro-brasileiros(as) –, onde identificaram 133 autores de obras literárias, totalizando 981 títulos. Após essa etapa, Tanus *et al.* (2020) buscaram saber quantas dessas obras estavam presentes nos acervos das oito bibliotecas pertencentes ao sistema, utilizando seu catálogo online para a consulta. Eles encontraram 167 dessas obras literárias nos acervos das bibliotecas do SEBP, perfazendo apenas 17% do total de títulos identificados no Literafro. Argumentam que a identificação dessas ausências pode auxiliar as instituições a buscar medidas de reparação, complementando seus acervos para que reflitam as necessidades informacionais de seu tempo.

Em outro artigo, Tanus e Tanus (2020) ampliaram esse universo, buscando diagnosticar as presenças e ausências de autores(as) de literatura afro-brasileira (novamente utilizando o site Literafro) nos acervos das bibliotecas públicas estaduais das 27 unidades da federação, sendo possível incorporar na amostra somente 14 bibliotecas, por possuírem catálogo online, meio pelo qual os autores realizaram a pesquisa. Encontraram um contingente insuficiente de bibliotecas públicas com mais

de cem títulos de livros de literatura afro-brasileira: Rio de Janeiro (255 títulos); Paraná (230 títulos); Minas Gerais (228 títulos); Bahia (167 títulos) e São Paulo (104 títulos). Os autores entendem que “a diversidade da cultura brasileira não está representada nos acervos das bibliotecas públicas, e isso contribui para perpetuação de valores da ‘branquitude’, fenômeno gestado pelo racismo [...]” (Tanus; Tanus, 2020, p. 258).

Já Curvo (2021) discute a questão de acervos antirracistas em bibliotecas escolares, argumentando sobre a importância desse tipo de biblioteca na formação de leitores e na promoção da igualdade racial, devendo ela trabalhar as relações étnico-raciais desde o ensino infantil. Segundo ele, “a biblioteca escolar deve então permear suas atividades em ações educativas que explorem a construção de imagens da África livre de estereótipos, do protagonismo do negro na diáspora, assim como ações de combate a intolerância religiosa” (Curvo, 2021, p. 114). Essas ações contribuiriam para que as bibliotecas escolares promovessem uma verdadeira mediação de informação com os estudantes, suas famílias e seu entorno.

Santana e Martins (2021) avaliaram o acervo, assim como seu uso, da biblioteca de uma escola municipal de tempo integral de ensino fundamental em Palmas, em relação à literatura infanto-juvenil voltada para a temática da africanidade, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Os autores coletaram dados com a funcionária da biblioteca (que não era bibliotecária) e com a coordenadora pedagógica. Constataram que a biblioteca possuía em média 1.500 livros, sendo que em torno 600 eram de literatura e “[...] a prateleira reservada para literatura infantojuvenil foi investigada à procura de livros que abordassem o tema africanidade. Foram encontrados 25 livros [...]” (Santana; Martins, 2021, p. 102). Além disso, perceberam que esse material era pouco utilizado, pois havia poucos empréstimos e a inexistência de projetos na escola acerca da questão do racismo. Santana e Martins (2021, p. 92) salientam a importância da leitura na infância, pois “[...] a literatura tem grande influência na formação da identidade, na assimilação de valores e na visão de mundo que vai se formando naquele indivíduo”.

Outrossim, Rocha *et al.* (2021) realizaram investigação na biblioteca do Centro Pedagógico UFMG, colégio de aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) de ensino fundamental, a fim de identificar se entre as obras literárias mais emprestadas havia livros de autores(as) negros(as) e/ou que tenham elementos da

cultura africana e afrodescendente. Observaram o acervo, as aquisições e as obras mais acessadas por consulta e empréstimo e identificaram que 85,4% dos livros presentes no acervo não tematizavam elementos da cultura negra, e detectaram que dentre os empréstimos realizados não havia nenhuma obra de autores(as) negros(as) e indígenas. Eles consideram que “[...] ainda lemos predominantemente obras de autores brancos e [...] acessamos poucas obras que tematizam a cultura africana e/ou de seus afrodescendentes [...]” (Rocha *et al.*, 2021, p. 3).

Silva, Silva e Bernardino (2015) salientam a importância também da biblioteca universitária, particularmente, na formação de professores do ensino básico na temática história e cultura africana e afro-brasileira. Realizaram pesquisa na biblioteca da Universidade Regional do Cariri (URCA) a fim de discutir sua relevância no cumprimento da Lei 10.639/2003 pelos formandos dos cursos de licenciaturas em História e Pedagogia, buscando identificar essa temática no acervo da biblioteca. As autoras coletaram dados por meio de buscas no catálogo da biblioteca e de entrevistas com estudantes do último semestre desses cursos. Silva, Silva e Bernardino encontraram livros direcionados aos cursos de História e Pedagogia, em especial referentes a uma disciplina obrigatória sobre africanidades e afrodescendências; porém, constataram que há insatisfação sobre essas obras, em relação à quantidade insuficiente, desatualização, desorganização e péssimo estado de conservação.

Da mesma forma, Fioravante (2021) discute racismo no Brasil, na educação básica e acadêmica, e na atuação de professores(as) e bibliotecários(as), com olhar para a biblioteca escolar e para as orientações educacionais nacionais à pluralidade étnico-racial. Alega que “no âmbito escolar, a capacitação de professores é necessária para a inclusão de novas práticas, posturas e atitudes, tanto as impostas pelos conteúdos curriculares, como na vida cotidiana [...]” (Fioravante, 2021, p. 11). O autor atenta para a importância dos cursos de graduação de formação de professores(as), bibliotecários(as) e demais profissionais que atuarão na escola trabalharem conteúdos sociais e de educação das relações étnico-raciais.

Martins, Chaves e Cavati Sobrinho (2022) também avaliaram bibliotecas universitárias, apresentando indicadores quantitativos sobre o acervo afrocentrado presente nas bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC). Os autores realizaram um levantamento bibliográfico por meio do catálogo do sistema de bibliotecas universitárias da UFC, composto por 27 unidades, e identificaram 344

obras referentes à temática, sendo a Biblioteca de Ciências Humanas a principal unidade com esse tipo de acervo. Porém, frisam que esse total de obras não chega a 1% do total do acervo, que é em torno de 151 mil.

Percebe-se que há poucos estudos que avaliam acervos de bibliotecas em relação a conteúdos e autores(as) afro-brasileiros e africanos, assim como é notório que os resultados dessas avaliações mostram a ausência de conteúdos com temáticas e autores(as) afro-brasileiros(as) e africanos(as), se constituindo esses acervos, de fato, em discursos coloniais. Para além desses resultados, Tanus e Souza (2022, p. 4) ponderam que “[...] as pesquisas e as percepções revelam um apagamento dos autores e autoras negras nos acervos das bibliotecas [...]”.

No entanto, há bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana, que buscam corrigir essa deficiência. Autores como Cardoso, Garcês e Lima (2014); Cardoso *et al.* (2015); Cardoso e Lima (2012) e Mattos (2008) apresentam em seus trabalhos a Biblioteca de Referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), que se constitui em uma biblioteca especializada na temática, tendo como objetivo dar suporte informacional a pesquisadores e membros da comunidade interessados na temática. Criada em 2003, seu acervo é composto por materiais referentes aos aspectos históricos, culturais, socioeconômicos e educacionais afrodescendentes e indígenas, como livros, trabalhos acadêmicos, vídeos e fontes documentais provenientes de pesquisas realizadas em arquivos públicos e particulares (Cardoso; Garcês; Lima, 2014; Cardoso; Lima, 2012; Mattos, 2008).

Cardoso e Lima (2012) enfatizam a importância de uma biblioteca especializada para atuar na disseminação de informação referente à temática africana e afro-brasileira. Os autores relatam a realização de oficinas em escolas públicas municipais e estaduais, elaboradas com base no acervo da Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC, com o tema “religiosidade de matriz africana no Brasil”, no intuito de dar suporte pedagógico e cultural e contribuir com educadores(as) na implementação da Lei 10.639/03.

Cardoso, Garcês e Lima (2014) analisaram os dados de empréstimo do acervo da biblioteca do NEAB/UDESC, buscando verificar os itens mais retirados e os grupos de usuários que mais procuraram a biblioteca. Indicaram que foram realizados 672 empréstimos para um total de 143 usuários, sendo que as obras mais retiradas

abordavam temáticas sobre cultura e origem das populações africanas em Florianópolis, aplicação de Lei 10.639/03 e orientação pedagógica sobre questões étnico-raciais para professores(as) e educadores(as). Consideram a necessidade de maior divulgação do acervo, assim como de esta ser mais direcionada às disciplinas curriculares e estar em consonância com os planos de ensino de professores.

Também Cardoso *et al.* (2015) desenvolveram estudo sobre a Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC, buscando identificar seus interagentes (usuários) e verificar suas necessidades informacionais em relação à temática africana, afro-brasileira e indígena. Enviaram questionário aos 192 interagentes da biblioteca e obtiveram 25 respostas. Os autores observaram que a maioria destes era do sexo feminino e cursavam o ensino superior, costumavam retirar um material por semana e se mostravam satisfeitas com os serviços. Cardoso *et al.* ressaltaram que a biblioteca tem atendido às demandas informacionais dos usuários e contribuído para a disseminação da informação.

Lima *et al.* (2018) pesquisaram por bibliotecas de núcleos ou centros de estudos africanos e afro-brasileiros, e localizaram, além da Biblioteca de Referência do NEAB/UFSC, mais duas: a Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com acervo de livros, periódicos, teses e dissertações, discos (vinil, CD-ROM), filmes, mapas, recortes de jornais e revistas de circulação nacional e internacional, desde a década de 1960; e a Biblioteca do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) do Programa de Pós-Graduação do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), na Universidade Cândido Mendes, e acervo composto por cerca de 2000 livros raros. As autoras ressaltam a importância desse tipo de biblioteca para o resgate e a disseminação da história e memória das populações de origem africana. Elas também discutem uma política de gestão e desenvolvimento de acervos para bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira, que é abordada na seção 3.2.

Bibliotecas especializadas em temas africanos, afrodescendentes e indígenas podem auxiliar na mediação de informação a comunidades locais e escolares que não possuam serviços informacionais, tanto estendendo suas atividades a esses grupos como colaborando com suas bibliotecas. A seguir são apresentadas discussões a respeito da formação e desenvolvimento de acervos com foco decolonial.

### 3.2 Questões sobre política de formação e desenvolvimento de acervos decoloniais

A política de desenvolvimento de acervos se constitui em “[...] um documento onde se detalhará quem será atendido pela coleção, quais os parâmetros gerais da mesma e com que critérios esta se desenvolverá” (Vergueiro, 1989, p. 23).

Lima *et al.* (2018) frisam que a política que sugerem é para a implantação de bibliotecas especializadas na temática em Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) e Centros de Estudos Africanos, mas pode ser utilizada em quaisquer tipos de unidades informacionais que queiram introduzir a temática. As autoras sugerem alguns pontos mais sensíveis de uma política quando se trata de bibliotecas especializadas na temática africana e afro-brasileira: a seleção de materiais e os assuntos para composição de um acervo. Salientam três aspectos significativos quando se trata da temática: assuntos, usuários e editoras.

Sobre os assuntos, reiteram a importância de materiais que retratem a história, a memória, a cultura e a contribuição africana e afro-brasileira na construção do Brasil. As autoras sugerem nomes de autores(as) e temáticas, sendo as temáticas: movimento negro, ações afirmativas, história da África, racismo, escravidão, literatura afro-brasileira, cultura afro-brasileira, poesia afro-brasileira etc. Lembram também da importância de contatar estudiosos e pesquisadores que são referência em produção científica e literária sobre o tema, solicitando sugestão de obras para inclusão no acervo. Lima *et al.* (2018, p. 98) reforçam que “ao adotar esta política, o bibliotecário está garantindo a exclusão de textos, documentários e imagens de cunho racista, preconceituoso e estereotipado, além de promover a criação de um acervo especializado e rico sobre a temática afro”.

Em relação aos usuários, as autoras reforçam a relevância de realizar um estudo de comunidade para entender os aspectos históricos, demográficos, geográficos, socioeconômicos, culturais e informacionais, de transporte, políticos e legais da comunidade, assim como identificar as reais necessidades de informação. Também sugerem a busca por indicadores sociais sobre a comunidade, assim como o conhecimento de sua etnia e especificidades. Por fim, acentuam que as editoras também se constituem em um aspecto importante, pois é necessário conhecimento acerca das editoras especializadas na temática, a fim de garantir credibilidade e

confiabilidade no material publicado, indicando algumas editoras que tem surgido e se consolidado nessa temática.

Cardoso e Lima (2012, p. 109) também abordam, de forma breve, a questão de política de desenvolvimento de coleções ao apresentarem a experiência da Biblioteca de Referência do NEAB/UDESC. Indicam critérios de seleção de acervo que foram adotados ao longo do ano de 2010, são eles: a) adequação às linhas de pesquisa do núcleo; b) qualidade do conteúdo; c) autoridade de autoria e/ou editoria; d) demanda dos pesquisadores; c) atualidade da obra; e) quantidade (excesso/escassez) de itens sobre determinado assunto; f) idioma acessível; g) custo justificável; h) número de usuários potenciais a utilizar o material; i) condições físicas do material; j) conveniência do formato e compatibilização com equipamentos existentes. Indicam que fizeram parte da comissão de desenvolvimento do acervo professores(as) especialistas na área.

Cardoso e Nóbrega (2010) refletem sobre o desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, a partir da constatação da insuficiência de materiais informacionais representativos da memória histórica dos afro-brasileiros no acervo da Biblioteca Pública do Maranhão. As autoras ressaltam que a comunidade é central para nortear o processo, influenciando todas as etapas, exceto a aquisição, especialmente porque as necessidades da comunidade vão se transformando continuamente. Cardoso e Nóbrega (2010, p. 16-17) ponderam ser muito comum profissionais de Biblioteconomia focarem apenas nas atividades de seleção e aquisição, “[...] fato que, além de desconsiderar a natureza cíclica e processual do desenvolvimento de coleções, também retira a comunidade como elemento central e norteador do processo”. As autoras também lembram que, além da informação impressa, há o patrimônio memorial das comunidades, se constituindo os próprios sujeitos em suporte informacional. Sugerem a ação cultural como forma de envolver a memória da comunidade enquanto patrimônio cultural, de forma a integrar as:

[...] atividades convencionais do processo de desenvolvimento de coleções com ação cultural, permitindo que a biblioteca pública estabeleça de fato uma relação viva com a comunidade em que está inserida, e estimule, incorpore e preserve no seu acervo as narrativas orais da tradição. (Cardoso; Nóbrega, 2010, p. 17).

Tanus e Souza (2022) analisam o ciclo do desenvolvimento de coleções e apresentam possibilidades para que este seja realizado de forma a decolonizar

acervos de bibliotecas públicas. Os autores argumentam que todas as atividades do ciclo estão em pé de igualdade, porém o estudo da comunidade, a política de seleção e a seleção se destacam, de modo geral, no desenvolvimento de coleções de bibliotecas públicas, devido à diversidade de usuários. Sobre a comunidade, Tanus e Souza (2022, p. 8) também chamam atenção para o “não uso” do acervo e da biblioteca, pois quem não frequenta pode não o fazer justamente por se sentir mal contemplado ou não contemplado pelos acervos e serviços. Isso mostra, argumentam, a relevância da presença dos sujeitos no processo de desenvolvimento de coleções, que podem ser chamados a participar ativamente, sugerindo obras e temáticas.

Em relação à seleção, destacam o papel das casas editoriais, pois elas definem as obras que são comercializadas no país. Os autores reforçam que há um movimento recente de novas editoras com o objetivo de publicar autores(as) negros(as), são elas: Quilombhoje, Mazza Edições, Nandyala, Ogum’s Toques Negros, Ciclo Contínuo, Selo Negro e Malê, além das casas editoriais que possuem um espaço temático para essas publicações, como Pallas Editora, Córrego e Martins Fontes (Tanus; Souza, 2022, p. 8). Tanus e Souza reforçam a importância do(a) bibliotecário(a) conhecer as editoras especializadas e os(as) autores(as), assim como identificar as obras que reforçam estereótipos sobre o(a) negro(a). Eles apontam a importância de acompanhar o mercado editorial sobre história e cultura africana e afro-brasileira e literatura afro-brasileira, sugerindo algumas fontes, como o site especializado “GELEDÉS: Instituto da Mulher Negra”, o portal Literafro, revistas especializadas, o site da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), entre outras; frisam também a importância de acompanhar redes sociais, onde acontecem diversos debates sobre essa produção.

Curvo (2021, p. 118) discorre sobre a formação de acervos antirracistas em bibliotecas escolares, argumentando que:

Dentro das manifestações escritas que compõem o universo editorial brasileiro, é possível encontrar diversos títulos que reproduzem o discurso de racismo. Neles os personagens negros são muitas vezes estereotipados como excluídos sociais ou serviais, numa clara herança da ideologia racista dos tempos da escravidão.

O autor ressalta que cabe a bibliotecários(as) diferenciar entre obras de conteúdo racista e obras que reproduzem o discurso racista inseridas em um tempo histórico específico, citando como exemplo deste último caso o autor Monteiro Lobato

e sua obra “Sítio do Pica-Pau Amarelo”, nas representações da personagem negra Tia Anastácia. Enfatiza que os materiais que compõem o acervo de uma biblioteca escolar devem ser contextualizados durante o serviço de referência, sendo essas contextualizações imprescindíveis para o entendimento histórico do processo de negação da cultura negra e para o entendimento da identidade nacional.

Algumas questões podem ser apreendidas ao se pensar na elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções que formem acervos decoloniais em bibliotecas. A primeira delas é o reforço da importância do contato e do diálogo com as comunidades/ grupos sociais aos quais as bibliotecas se direcionam, aspecto presente no estudo de comunidade. Também é crucial o contato com especialistas na temática africana e afro-brasileira, a fim de auxiliarem na formação do acervo. Outro aspecto relevante é a importância de se conhecer as editoras e os(as) autores(as) que produzem materiais que atendam aos preceitos decoloniais. Como ressalta Cardoso (2015, p. 97), ao refletir sobre a mediação da informação para a construção da identidade negra na biblioteca pública do Maranhão:

A história dos afro-brasileiros vem sendo desvelada em diversos estudos que nos permitem ampliar o olhar do profissional da informação a partir daqueles sujeitos que tiveram sua memória silenciada. Cabe ao profissional da informação a difusão de conhecimentos que retratem a realidade a partir de narrativas que apresentem pontos de vista diferentes dos que até agora foram preservados.

Isto é, há produção de materiais para que os acervos sejam formados sem replicar o discurso hegemônico e preconceituoso sobre a população afro-brasileira. Também é relevante destacar a identificação dos assuntos que compõem o acervo, especialmente com o intuito de excluir obras que apresentem concepções preconceituosas e estereotipadas. Um outro fator de extrema relevância é considerar o patrimônio memorial das comunidades, além dos documentos convencionais. Por fim, cabe lembrar da importância de avaliação constante do acervo, de modo a realizar sempre e ciclicamente o processo de seu desenvolvimento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mais do que organizar informação com vistas à sua disseminação, a Biblioteconomia pode ser social, crítica e progressista, direcionada a propiciar apropriação de informação, através da mediação dialógica, a todos os segmentos sociais, especialmente os que tradicionalmente ficam à margem dos serviços das

bibliotecas. O movimento da Biblioteconomia Social advoga para se pensar a prática profissional de bibliotecários(as) por um viés de participação e protagonismo social, voltando sua atenção ao povo e a suas necessidades de informação.

Ao se discutir a formação de acervos como já se constituindo em uma prática de mediação de informação, pois ela interfere diretamente na produção de conhecimento que será ofertada e posteriormente apropriada pela população, se percebe a necessidade dessa prática ser realizada em conjunto com os sujeitos informacionais e direcionada a todos os segmentos da sociedade. Essa reflexão se aproxima da perspectiva da decolonização do saber, uma vez que busca reconstruir o discurso propagado pelas bibliotecas, dando voz e representatividade ao povo brasileiro em sua total diversidade, desconsiderando o discurso dominante como único e verdadeiro e incluindo o discurso dos povos originários, dos afro-brasileiros, dos africanos, assim a produção cultural e memorial das comunidades e grupos sociais atendidos pelas bibliotecas.

Ao buscar conhecer o contexto brasileiro acerca de acervos com temática afro-brasileira e africana em bibliotecas, especialmente públicas, comunitárias/ populares e escolares, com base na revisão de literatura, percebeu-se o caráter incipiente dessa discussão. Foram encontrados poucos exemplos de estudos e discussões, assim como não foi localizado nenhum documento que abordasse as bibliotecas comunitárias/ populares nesse aspecto. Contudo, observa-se que há uma preocupação de pesquisadores na vertente social da Biblioteconomia, em especial, relacionada ao estabelecimento de políticas de formação e desenvolvimento de acervos que contemplem a concepção decolonial, assim como à mediação de informação estendida a todos os setores sociais.

A mediação e a apropriação da informação são elementos essenciais para se pensar a formação de acervos, pois a mediação possibilita que a apropriação aconteça e sem apropriação não há produção de conhecimento, base fundamental para o protagonismo social. Mediar informação pressupõe uma atuação dialógica, em que a população passa a ser protagonista no seu processo informacional, muito mais do que usuários que precisam ser incluídos. A construção de conhecimento não é um processo apenas instrumental, mas sim de construção de significados individuais e coletivos, que passa pela emoção e pela identidade. Reitera-se a relevância do estabelecimento da formação e desenvolvimento de acervos de bibliotecas sob uma

atuação dialógica a fim de se conhecer a realidade local e planejar um acervo que possa apoiar a população em vez de manipulá-la. Igualmente, compreende-se o pensamento decolonial como essencial nesse contexto, possibilitando o alcance dos objetivos da Biblioteconomia Social, crítica e progressista.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!: Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052/27431>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Prefácio. In: SPUDEIT, D.; MORAES, M. **Biblioteconomia Social: epistemologia transgressora para o século XXI**. São Paulo: Abecin, 2018. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/216/191>. Acesso em: 31 jul. 2023.

AMORIM, I. S.; ALVES, U. S. Biblioteconomia e Ciência da Informação: uma perspectiva decolonial. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/198772>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ARAÚJO, A. V. F.; OLIVEIRA, L. M. B.; GRACIOSO, L.; SILVA, M. D. P. Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5828, nov. 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5828>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONATO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. Introdução. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONATO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. E-book, p. 5-27.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 06 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003 [...]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 06 fev. 2023.

CARDOSO, F. C. **O negro na biblioteca**: mediação da informação para a construção da identidade negra. Curitiba: CRV, 2015.

CARDOSO, F. C.; NÓBREGA, N. G. A biblioteca pública na (re)construção da identidade negra. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 1-23, 2010. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/200>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARDOSO, P. J. F.; GARCÊS, F. C.; LIMA, G. S. Biblioteca de referência do núcleo de estudos afro-brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina: avaliação dos empréstimos entre 2008-2013. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 102-110, jan./jun., 2014. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/931>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARDOSO, P. J. F.; LIMA, G. S. Disseminando a igualdade: um balanço da biblioteca de referência sobre diversidade cultural: BRDC/NEAB/UDESC (2009/2010). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 105-117, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/809>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARDOSO, P. J. F.; SILVA, F. C. G.; COSTA, A.; LIMA, G. S. Os interagentes da biblioteca de referência NEAB/UDESC: avaliação de biblioteca especializada em temática africana, afro-brasileira e indígena. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 452-462, set./dez. 2015. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1122>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CARMO, N. L.; BERNARDINO, M. C. R.; SILVA, J. História e cultura africana e afro-brasileira nas bibliotecas públicas do Cariri Cearense. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 2-10, dez. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/10095>. Acesso em: 31 jul. 2023.

CIVALLERO, E. Aproximación a la bibliotecología progressista. **El profesional de la información**, v. 22, n. 2, p. 155-162, marzo/abr. 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/274676064\\_Aproximacion\\_a\\_la\\_bibliotecologia\\_progresista](https://www.researchgate.net/publication/274676064_Aproximacion_a_la_bibliotecologia_progresista). Acesso em: 31 jul. 2023.

CURVO, L. F. S. A biblioteca escolar na perspectiva da promoção da igualdade racial. **R. Bibliomar**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 106-130, jan./jun. 2021. Disponível em: <http://periodicosoletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/15156>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FIORAVANTE, E. Racismo, biblioteca escolar, educação das relações étnico-raciais e o campo da Biblioteconomia: uma conversa necessária e possível. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1509>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**: e outros escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/paulo-freire/acao-cultural-para-a-liberdade.pdf/view>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FREIRE, P. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares: uma introdução. *In*: FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989. p. 15-21.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LIMA, G. S.; SILVA, F. C. G.; COSTA, A.; SILVA, A. S.; SOUZA, G. K. S.; COSTA, A.; SILVA, A. S. Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 88-103, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1056>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MALDONATO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONATO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. E-book, p. 29-61.

MALLMANN S. P., P.; FELIPE, C. B. M. Movimento da Biblioteconomia Social: uma análise da literatura em português, espanhol e inglês. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/395>. Acesso em: 31 jul. 2023. p. 1-15.

MARÍN, J. Interculturalidade e descolonização do saber: relações entre saber local e saber universal, no contexto da globalização. **Visão Global**, Joaçaba, v. 12, n. 2, p. 127-154, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/visaoglobal/article/view/617>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MARTINS, L. R. S.; CHAVES, I. T.; CAVATI SOBRINHO, H. Do desenvolvimento de coleções à formação de acervo afrocentrado: uma análise do sistema de bibliotecas universitárias da Universidade Federal do Ceará. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, n. especial, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/39923>. Acesso em: 31 jul. 2023.

MATTOS, M. C. C. M. Biblioteca de referência do NEAB: preservando a história e memória dos afro-descendentes em Santa Catarina e no Brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 239-250, jan./jun.

2008. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/547>. Acesso em: 31 jul. 2023.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em: 31 jul. 2023.

ROCHA, R. A. M.; PAULINO, E. S.; HORTA, Í. B.; LIMA, A. L. F. S.; PAIXÃO, A. F. A. G.; DINIZ, C. X.; FIUZA, M. C. Linguagens e educação antirracista: a biblioteca como instrumento de luta no combate ao racismo. *In*: FEIRA BRASILEIRA DOS COLÉGIOS DE APLICAÇÃO E ESCOLAS TÉCNICAS, 9., 2021, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Even3, 2022. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/212895b37f7442e4a7f3.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SANTANA, D. R.; MARTINS, P. F. Melo. Biblioteca escolar: em busca de um espaço educacional para combater o preconceito racial e o racismo no Ensino Fundamental. **Rev. Educ.**, Brasília, DF, ano 44, n. 165, p. 89-106, set./dez. 2021.

SILVA, D. M. F.; SILVA, J.; BERNARDINO, M. C. R. O lugar da biblioteca universitária na implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia. **Folha de Rosto em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 1, p. 44-63, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/6>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SILVA, J. L. C.; SILVA, R. L. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203-217, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16023>. Acesso em: 31 jul. 2023.

SILVA, R. A.; FLECHA, L. C. Q. C. A mediação da Informação e o protagonismo de Mestres da Capoeira Angola como chave no processo de promoção do giro-decolonial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5788, p. 1-25, nov. 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5788>. Acesso em: 31 jul. 2023.

TANUS, G. F. S. C.; SOUZA, G. T. C. Decolonizando os acervos das bibliotecas públicas: formação de coleções de literatura afro-brasileira. **Palavra Clave**, La Plata, v. 12, n. 1, e170, oct./marzo 2022. Disponível em: <https://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/pce170>. Acesso em: 31 jul. 2023.

TANUS, G. F. S. C.; TANUS, G.; O., F.; ALVES, G. P.; SANTIAGO, M. A.; GOMES, M. V. S. J.; SILVA, S. S.; OLIVEIRA, S. G. T. A literatura afro-brasileira no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas da Bahia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1287>. Acesso em: 31 jul. 2023.

TANUS, G. F. S. C. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 432-457, jan./mar. 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109063>. Acesso em: 31 jul. 2023.

TANUS, G.; TANUS, G. F. S. C. Onde estão os autores e autoras negras?: a literatura afro-brasileira nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras. **Diacrítica**, Braga, v. 34, n. 2, p. 249-263, 2020. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/40257/>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VERGUEIRO, W. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **R. Bibliotecon.**, Brasília, DF, v. 16, n. 2, p. 207 -215, jul./dez. 1988. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/76413>. Acesso em: 31 jul. 2023.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.